

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)
CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIAS DOS COMITÊS PCJ (CT-PB)
Ata da 1ª Reunião Conjunta da CT-PL e CT-PB – 12/09/06 - 9h30m – Oficina Ambiental - Extrema/MG

CT-PL: 19ª Reunião Ordinária

CT-PB: 6ª Reunião Extraordinária

Membros com direito a voto – CT-PL					
Vaga	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação	Representante com procuração
02	IGAM-MG	Paulo Teodoro de Carvalho	Titular	Justificado	Marília C. de Melo
	SEMAD-MG	Shelley de Sousa Carneiro	Suplente		
03	SAA	Emílio Sakai	Titular	Presente	
		Vicente Antonio Cancellero Filho	Suplente		
04	Secretaria da Saúde	Marizete Medeiros da Costa Ferreira	Titular		
		Marcos César Prado	Suplente		
05	SERHS	Rui Brasil Assis	Titular		
		Luiz Roberto Moretti	Suplente	Presente	
06	SMA	Lina Maria Aché	Titular		
		Jorge Luis Silva Rocco	Suplente	Presente	
07	P.M. de Extrema	Sebastião Antonio Camargo Rossi	Titular - Prefeito		
		Paulo Henrique Pereira	Titular - Representante	Presente	
	P.M. de Itapeva	Denni Carlos Queiroz	Suplente		
		Não Indicado	Suplente		
08	P.M. de Charqueada	Hélio Donizete Zanata	Titular - Prefeito		
		Wagner Jorge	Titular - Representante		
	P.M. de Americana	Erich Hetzl Júnior	Suplente - Prefeito		
		Cláudio Rodrigues Amarante	Suplente - Representante	Presente	
09	P.M. de Holambra	Celso Capato	Titular - Prefeito		
		Petrus Bartholomeus Weel	Titular - Representante	Presente	
	P.M. de Artur Nogueira	Marcelo Capelini	Suplente - Prefeito		
		Edson Antonio Sacilotto	Suplente - Representante		
10	P.M. de Jaguariúna	Tarcísio Cleto Chiavegato	Titular - Prefeito		
		Dimas Lúcio Pires	Titular - Representante	Justificado	
	P.M. de Santo Antonio de Posse	Norberto de Olivério Júnior	Suplente - Prefeito		
		New York José Arcênio Lucon	Suplente - Representante		
11	P.M. de Piracicaba	Barjas Negri	Titular - Prefeito		
		Viamir Augusto Schiavuzzo	Titular - Representante		
	P.M. de Santa Gertrudes	Valtimir Ribeirão	Suplente - Prefeito		
		José Augusto Rego Barros Seydell	Suplente - Representante		
12	P.M. de Salto	José Geraldo Garcia	Titular - Prefeito		
		Márcio Mendes da Silva	Titular - Representante	Presente	
	P.M. de Campo Limpa Paulista	Armando Hashimoto	Suplente - Prefeito		
		Marilda de Moraes Ferreira	Suplente - Representante	Procuração	Carla Peruchi de Candia
13	SABESP	Milton Ângelo Negrini	Titular		
	ABCON	Fernando Ariani Mangabeira Albernaz	Suplente	Procuração	Enio Antonio Campana
14	ASSEMAE	Alberto José Mendes Gomes	Titular	Presente	
		Hugo Marcos Piffer Leme	Suplente	Presente	
15	UNICA	André Elia Neto	Titular	Justificado	
	FIESP	Antonio Luiz Valezi	Suplente		
16	CIESP - Jundiaí	Roberto Polga	Titular	Justificado	
	CIESP - Piracicaba	Homero Scarso	Suplente		
17	Sind. Rural de Piracicaba	José Rodolfo Penatti	Titular	Presente	
	GRUDE	Geraldo A Baptista	Suplente		
18	Sind. Rural de Campinas	Nelson Luiz Neves Barbosa	Titular		
	Sind. Rural de Jundiaí	Wilson Agostinho Bonança	Suplente	Justificado	
19	AEAL	Ângelo Petto Neto	Titular		
	AEAP	Carlos Consolmagno	Suplente		
20	UNICAMP	José Teixeira Filho	Titular	Presente	
	ESALQ - USP	Marcos Vinícius Folegatti	Suplente		
21	Consórcio PCJ	Dalto Favero Brochi	Titular	Presente	
	AAEA - Artur Nogueira	Edmo José Stahl Cardoso	Suplente		
22	SORIDEMA	Raquel Flores dos Santos	Titular	Procuração	Harold Fowler
	Fórum Sociedades Cívis	Walter Antonio Becari	Suplente	Presente	
23	AEAA da Região Bragantina	João Roberto Miranda	Titular	Presente	
		Aguardando Indicação	Suplente		
24	AME - Extrema	José Almeida das Chagas	Titular		
	Piracicaba 2010	Ayri Saraiva Rando	Suplente	Presente	
Membros sem direito a voto CT-PL					
Representação	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação	
CONESAN	DAE AS	Regina Aparecida Ribeiro	Suplente– Represent. CONESAN	Presente	
CT-AS	DAEE	Valdemir Poloneis Bernardi	Coordenador CT-AS	Presente	
CT-ID e CT-PB	UNESP – Instituto Biociências	Harold Gordon Fowler	Coordenador CT-PB e CT-ID	Presente	
CT-AS	CETESB	Jorge Luis Silva Rocco	Coordenador CT-SA	Presente	
Comitês PCJ	BRACELPA	Eduardo Lovo Paschoalotti	Vice-presidente	Presente	
CT-RN	P M Atibaia	Carlos Alberto de Aquino	Coordenador CT-RN	Presente	
CT-EA	DAEE	Cecília de Barros Aranha	Coordenador CT-EA	Presente	
Membros da CT-PB					
	SORIDEMA	Harold G Fowler	Coordenador CT-PB	Presente	
	Agência PCJ	Paulo Tinel	Titular	Presente	
	DAEE	Leonildo E Urbano	Titular	Presente	
	DAEE	Luiz Roberto Moretti	Suplente	Presente	
	AEAA Região Bragantina	João Roberto Miranda	Titular	Presente	
	ASSEMAE	Carlos R Cavagioni Filho	Titular	Justificado	

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)
CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIAS DOS COMITÊS PCJ (CT-PB)

Ata da 1ª Reunião Conjunta da CT-PL e CT-PB – 12/09/06 - 9h30m – Oficina Ambiental - Extrema/MG

CT-PL: 19ª Reunião Ordinária

CT-PB: 6ª Reunião Extraordinária

	ASSEMAE	Maria Paula P A Silva	Suplente	Justificado
	SABESP	Francisco José T Piza	Titular	Presente
	SABESP	Sérgio Antonio da Silva	Suplente	Presente
	CETESB	Jorge Rocco	Titular	Presente
	CETESB	Eneida M Zanella	Suplente	Presente
	Consórcio PCJ	Dalto Fávero Brochi	Titular	Presente
	Consórcio PCJ	Adauto Luiz Paíão	Suplente	Presente
	DAE Jundiaí	Maria das Graças M Brisighello	Suplente	Presente
	SERHS	Maurício Ilenzi Brandão	Titular	Presente
	P M Americana	Rumaldo José Kokol	Titular	Presente
	P M Campinas	Marilis Busto Tognoli	Titular	Presente
	P M Extrema	Paulo Henrique Pereira	Titular	Presente
	SMA	Ana Luiza B R Lima	Titular	Justificado
	SMA	Lina Maria Achê	Suplente	Justificado
	ÚNICA	André Elia Neto	Titular	Justificado
	P M Itatiba	Wilhelm Wulf Poloni	Suplente	Presente
	P M Limeira	Dirceu Brasil Vieira	Titular	Presente
Convidados				
Representação	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação
	DAE Sumaré	Humberto Crivelari		Presente
	Agência PCJ	Paulo Tinel		Presente
	Consórcio PCJ	Adauto Paíão		Presente
	INEVAT	Francisco Antonio Mosquini		Presente
	Sindicato Rural de Piracicaba	Gabriel M Bertoli		Presente
	P M Limeira	Dirceu Brasil Vieira		Presente
	CETESB	Luiz E. S. Leão		Presente
	SAAE Atibaia	Alexandre Pironaide		Presente
	P M Salto	João Paulo da Silva		Presente
	Agência PCJ	Sérgio Razera		Presente
	Associação Terceira Via	Edwaldo Luis de Oliveira		Presente
	Agência PCJ	Alexandre Vilella		Presente
	CETESB	Eneida Zanella		Presente
	DAEE/SE PCJ	Leonildo Urbano		Presente
	SMA/SP	Helena C Glib		Presente
	ANA	Devanir Garcia dos Santos		Presente
	CATI – Bragança Paulista	Jorge		Presente
	TNC	Fernando Veiga		Presente
	Agência PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz		Presente
	Secretaria Executiva	Karla Carolina Yanssen		Presente

(T) - Titular (S) Suplente (R) Representante

1. **Pauta e Abertura:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos membros da CT-PL e da CT-PB por meio de mensagem eletrônica em 01/09/2006. A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Luiz Roberto Moretti, Secretário-executivo dos Comitês PCJ e coordenador da CT-PL, que cumprimentou a todos e informou sobre a existência de quorum tanto para a CT-PL quanto para a CT-PB, coordenada pelo Sr Harold Fowler Gordon, e iniciou a reunião. Agradeceu a presença de todos e ao Sr Paulo Henrique Pereira, representando a P. M. de Extrema, pela cessão do espaço. 2. **Aprovação de Atas das Reuniões anteriores da CT-PB e da CT-PL.** O Sr Moretti informou que a Ata da última reunião da CT-PB será submetida à aprovação em próxima reunião e submeteu à aprovação a minuta da Ata da 13ª Reunião Extraordinária da CT-PL, enviada por e-mail aos membros. O Sr Dalto, representante do Consórcio PCJ, sugeriu alterar a redação da linha 325, uma vez que o membro mencionado, Sr. Eduardo Paschoalotti, não tem direito a voto. O Sr Moretti esclareceu que existem membros com e sem direito a voto, e o caso citado não tem direito a voto mas, à voz. A Ata da 13ª Reunião Extraordinária da CT-PL foi aprovada por unanimidade com a seguinte alteração: linha 324, onde se lê “Este inciso foi aprovado com dois votos contrários, do Sr Alberto Gomes e do Sr Eduardo Paschoalotti”, leia-se

“Este inciso foi aprovado com um voto contrário do Sr Alberto Gomes e uma manifestação contrária do Sr Eduardo Paschoalotti”. 3. **Informes Gerais.** O Sr Moretti recordou a aprovação da Lei Estadual nº 12.183/05, que regulamenta a cobrança estadual paulista e o Decreto 50.667/06 que foi proposto por Grupo Técnico do CRH. Apresentou partes do Decreto, destacando aquelas em que se estabelecem alguns critérios para a implementação da cobrança no estado de São Paulo: 1) O CRH deverá estabelecer os limites e condicionantes; 2) O Comitê apresenta sua proposta com os coeficientes, ao CRH; 3) O CRH terá a função de referendar a proposta do Comitê; 4) Decreto do governador aprovando a proposta. Somente após isto é que o Comitê poderá iniciar a cobrança. No dia 04/09/06, ocorreu Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH, que aprovou a Deliberação CRH nº 63/06, estabelecendo os limites e condicionantes para a cobrança paulista. Foi apresentada aos membros a Deliberação CRH nº 63, ressaltando que essa deliberação estabeleceu, também, que o Plano de Bacias é condicionante para o início da cobrança, ou seja, o comitê que não tiver aprovado seu Plano de Bacia, não poderá implantar a cobrança. O Sr Moretti informou que dos 21 Comitês do Estado de São Paulo, apenas 14 têm Plano de Bacia aprovado. A Deliberação CRH nº 62/06, também aprovada no último dia 04, estabelece que o Plano

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)
CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIAS DOS COMITÊS PCJ (CT-PB)

Ata da 1ª Reunião Conjunta da CT-PL e CT-PB – 12/09/06 – 9h30m – Oficina Ambiental - Extrema/MG

CT-PL: 19ª Reunião Ordinária

de Bacia terá que seguir um roteiro pré-determinado pelo próprio CRH. O Sr. Moretti esclareceu que aconteceu no dia 11/09/06, em Campinas/SP, uma oficina sobre o Plano de Bacias PCJ 2008-2011, onde foram discutidas as prioridades para o novo plano, o qual pretende-se licitar até o final do ano de 2006. Participaram daquela oficina, representantes da ANA, do DAEE/CORHI, da USP, da SABESP, da CETESB e da SMA, e está sendo contratado pela Agência PCJ um consultor para elaborar o Termo de Referência para contratação do Plano. O Sr. Petrus, representante da P. M. de Holambra, questionou se o Plano de Bacias 2008-2011 será totalmente novo ou atualizado. O Sr. Moretti esclareceu que todos os Planos são “modernizados” na renovação e que não será gasto muito tempo com o diagnóstico da bacia, pois será aproveitado o que já existe. O Plano de Bacias 2008-2011 terá como prioridade o planejamento e contará, também, com a proposta de reenquadramento dos corpos d’água. A Sra. Regina, representante da P. M. Santa Bárbara D’Oeste, comentou que será importante dar atenção à Resolução CONAMA nº 357 na proposta de reenquadramento. O Sr. Moretti esclarece que o reenquadramento será de acordo com a legislação vigente e que, no momento oportuno, serão realizadas oficinas para discutir o assunto. Foi informado a todos que a Deliberação CRH 63/06 estabeleceu um prazo aos comitês para que apresentem, até o final do primeiro semestre de 2008, seus Planos de Bacias, sob pena de terem reduzidos em 50% o recurso do FEHIDRO atribuído ao comitê, o qual será redistribuído aos demais comitês do estado. O Sr. Moretti apresentou a tabela dos coeficientes ponderadores constante da deliberação em questão e fez esclarecimentos conforme a necessidade e questionamentos do grupo. Referente ao coeficiente Y3, foi esclarecido que este coeficiente é uma proposta de abatimento, além de ser uma obrigatoriedade, não podendo ser atribuído valor superior a 1 (um) e sim um valor inferior a 1 (um). O Sr. Moretti também informou ao grupo que o preço unitário final para o consumo, até o final de 2008, terá um valor máximo que corresponde a 0,002156 UFESPs, que no valor atual, equivale a R\$ 0,03/m³ (três centavos de Real/m³). Esclareceu que, para os Comitês PCJ, este valor não interfere, pois estamos trabalhando com R\$ 0,02/m³ (dois centavos de Real/m³). Para início da arrecadação da cobrança estadual, o comitê terá prazo para entregar a proposta ao CRH estabelecido até o décimo dia dos meses de fevereiro, junho e outubro. Baseado nesta informação os Comitês PCJ têm que enviar até o dia 10/10/06 a sua proposta, para que se possa iniciar, em janeiro de 2007, a cobrança estadual nas Bacias PCJ. O Sr. Moretti informou que a Reunião Plenária dos Comitês PCJ para aprovação da proposta será dia 28/09/06 no município de Americana/SP. O Sr. Sérgio Razera, coordenador administrativo da Agência PCJ, questionou se aqueles que não quiserem implementar a cobrança terão de se justificar por isso. O Sr. Moretti esclarece que sim, conforme deliberação do CRH, aqueles que não quiserem

CT-PB: 6ª Reunião Extraordinária

implementar a cobrança terão de se justificar. O Sr. Hugo Piffer Leme, representante da ASSEMAE, lembrou que seria necessário esclarecer ao grupo o coeficiente referente à transposição. O Sr. Moretti esclareceu que na reunião do CRH, ficou aprovado o valor para o coeficiente de transposição (X_{13}), para consumo, igual a 1 (um); no entanto, a proposta discutida no GT-Cobrança PCJ, foi de atribuir a este coeficiente um valor igual a 0,25, para que os valores de transposição das cobranças federal e estadual não se diferenciem. Para isso foi solicitado, por meio de Ofício do Presidente dos Comitês PCJ, que este coeficiente seja revisto, deixando o valor em aberto para que seja estabelecido a critério dos Comitês em função da necessidade de cada bacia. A Secretaria do CRH respondeu ao ofício propondo uma Deliberação “ad referendum” do seu presidente, excluindo o valor unitário atribuído ao coeficiente de transposição em questão. O Sr. Sérgio Antonio da Silva, representante da SABESP, disse que também foi encaminhado pela empresa um ofício solicitando ao CRH a alteração da proposta. **4. Apreciação da proposta do GT-Cobrança sobre a implantação da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo.** O Sr. Moretti apresentou a proposta elaborada pelo GT-Cobrança, estipulando valores e procedimentos e disse que esta minuta havia sido encaminhada por e-mail a todos os membros com antecedência. Iniciou-se a leitura e discussão de cada um dos artigos. Os “considerandos” e o artigo 1º foram aprovados por unanimidade. No artigo 2º, o Sr. Petrus questionou sobre o uso agrícola. O Sr. Moretti esclareceu que, até 2010, não será cobrado o uso agrícola, na cobrança estadual, acrescentando que toda a discussão feita no GT-Cobrança baseou-se no princípio de que não se diferenciem os valores aplicados às cobranças federal e paulista. O Sr. Paschoalotti lembrou que nos primeiros 3 (três) anos o valor estipulado será diferenciado nas cobranças federal e estadual em função da progressividade aprovada pelo GT-Cobrança. O Sr. Moretti esclareceu que no âmbito do GT-Cobrança foram discutidas duas propostas: 1) aplicar o mesmo escalonamento aplicado na cobrança federal, sob o argumento de possibilitar ao usuário estadual a mesma condição de se adequar; 2) iniciar a cobrança com 75% de arrecadação, pois em 2007 os usuários federais estarão pagando com a progressividade em 75% do valor máximo previsto. A proposta aprovada no GT-Cobrança foi a primeira. O Sr. Francisco Piza, representante da SABESP, solicitou que os Comitês PCJ enviem correspondência aos municípios para que façam constar no orçamento municipal para 2007 o valor a ser pago com a implantação da cobrança estadual. O Sr. Moretti respondeu que este procedimento já foi realizado pela Secretaria Executiva, enviando a todas as prefeituras municipais ofício, com A.R., solicitando que seja previsto em seus orçamentos a contribuição referente à cobrança estadual. O Sr. Hugo disse que já estão sendo previstos no orçamento do SEMAE/Piracicaba os valores de pagamento da cobrança e que foi encaminhado à

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)
CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIAS DOS COMITÊS PCJ (CT-PB)

Ata da 1ª Reunião Conjunta da CT-PL e CT-PB – 12/09/06 – 9h30m – Oficina Ambiental - Extrema/MG

CT-PL: 19ª Reunião Ordinária

Prefeitura Municipal o orçamento previsto com base nos critérios aprovados pelo GT-Cobrança, ou seja, iniciar com 60% de arrecadação, e que não só o município de Piracicaba, mas outras prefeituras também já estão trabalhando com esta previsão. O Sr Alexandre, representante do SAAE de Atibaia, concorda com a progressividade iniciar em 60% por julgar ser um meio mais fácil de conseguir a adesão dos usuários. O Sr Sérgio (SABESP), disse que a SABESP também já está trabalhando baseado com a previsão da arrecadação iniciar em 60%. O Sr. Alberto, representante da ASSEMAE, apoia que se inicie em 60%, com base na cobrança federal, salientando que julga ser este o segredo da adimplência superior a 99% adquirida neste primeiro ano de arrecadação. O Sr. Petrus também concorda em adotar a mesma progressividade aprovada para a cobrança federal, iniciando com 75%. O Sr. Wilde, representante da ANA, disse que existe uma negociação, e para que não exista um tratamento diferenciado entre os usuários, o ideal seria manter a mesma proporção de arrecadação da federal para o ano de 2007, ou seja, iniciar em 75% de arrecadação. O Sr. Alberto discorda e complementa que se a cobrança federal foi aplicada com escalonamento é necessário que seja mantida a mesma regra para a estadual, ou seja, iniciar em 60%, e complementa que essa questão não quebra a coerência entre as cobranças. O Sr. Moretti complementa que até o mês passado a adimplência era de 98%, no entanto foi feita negociação com um usuário inadimplente e hoje temos uma adimplência de 99,2%. O Sr. Paschoalotti disse que será arrecadado nos próximos 3 (três) anos valores diferentes entre as cobranças federal e estadual, no entanto, solicita verificar a possibilidade de atribuir o mesmo valor para as duas cobranças e propõe iniciar com 60% a arrecadação para a cobrança estadual e estender a cobrança federal para mais um ano com 60% de arrecadação. O Sr. Francisco Lahóz, coordenador geral da Agência PCJ, diz que para que isso ocorra, seria necessário pedir a revisão da deliberação do CNRH. O Sr. Cláudio Amarante, representante da P. M. de Americana, disse que o trabalho para implementar a cobrança já existe há 10 (dez) anos e julga necessário termos a paciência e esperar um período de 3 (três) anos para igualar os valores cobrados. O Sr. Moretti esclarece que este assunto foi exaustivamente discutido no GT-Cobrança e não se chegou a uma proposta de consenso, havendo necessidade de votação. Ressaltou que a diferença entre as progressividades federal e paulista vai gerar um descompasso nos primeiros anos mas que a diferença existente não será significativa. O usuários estaduais ficaram 1 (um) ano sem pagar, uma vez que os usuários federais já estão pagando. O Sr Moretti complementou dizendo que na discussão no GT-Cobrança votou favorável à proposta de iniciar a arrecadação com a progressividade no primeiro ano de 75% e no segundo 100%, compatível com a cobrança federal; no entanto, a proposta da progressividade iniciar em 2007 com 60% de arrecadação, em 2008 com 75% de arrecadação e a partir

CT-PB: 6ª Reunião Extraordinária

de 2009 com 100% de arrecadação, apresenta-se como a mais correta e está sendo aceita pelos maiores usuários pagadores e poderá promover um consenso mais rapidamente. O Sr. Alberto Gomes acrescentou, como exemplo, que com a progressividade iniciando em 60% a SANASA estaria pagando 60% nos usos estaduais e 75% nos usos federais, mesmo assim a maior contribuição será a estadual. Este ano, o gasto com o pagamento da cobrança federal não foi repassado para as contas dos contribuintes e com a cobrança estadual este gasto poderá vir a ser repassado, porém o que está em discussão é não repassar para os bairros pobres. O Sr. Paulo Tinell, coordenador técnico da Agência PCJ, completou que só teremos igualdade entre as cobranças a partir de 2010, quando os usuários irrigantes, da cobrança estadual, também irão contribuir e, assim, todos os usuários estarão contribuindo com 100% do valor máximo proposto. O Sr. Paschoalotti disse que o município de Americana já repassou este ano para as tarifas a contribuição do município na cobrança federal e propõe, então, alterar a progressividade para o ano de 2008 de 75% para 100% igualando a cobrança federal. O Sr. Hugo lembra que esta proposta poderá ser revista no ano de 2007, junto com a revisão da cobrança federal. A Sra. Regina disse que com a cobrança estadual a arrecadação dentro do município será significativa e existe a necessidade de organização dos serviços de água para que possam prever o pagamento em seus orçamentos. O Sr. Moretti complementa que com a cobrança estadual todos os serviços de água irão pagar e entende que existe a dificuldade destes órgãos passarem a contribuir de um ano para o outro de 60% para 100%. Os maiores usuários da bacia concordaram com a aplicação dos valores e com a progressividade aprovada na reunião do GT-Cobrança. O Sr Sérgio, da Agência PCJ, disse ser, inicialmente, a favor da aplicação iniciar em 75%, no entanto garante que a proposta de iniciar em 60% é a mais correta, uma vez que as cobranças não iniciaram juntas e, que este período de 3 (três) anos será para ajustes. O Sr. Hugo disse que 80% do valor arrecadado com a cobrança federal é proveniente do setor de saneamento, cuja adimplência total ultrapassa os 99%, por isso deve-se levar em consideração a exposição dos problemas apresentados por eles. O Sr. Moretti disse que a cobrança irá iniciar no formato que for possível ser consensado, fator que favorece a proposta de se iniciar em 60%, depois 75% e 100%, respectivamente, e esclarece que nas discussões para a cobrança federal participaram membros de toda a bacia e não só aqueles que iriam contribuir. Propõe que seja votada a proposta, levando em consideração que ela partiu do GT-Cobrança. O artigo 2º foi aprovado, na forma apresentada pelo GT-Cobrança, com uma abstenção, do Sr Petrus. O Sr. Francisco Piza solicitou complementação no texto referente ao artigo 3º, o qual foi aprovado da seguinte forma: “Artigo 3º – Os termos constantes desta deliberação deverão ser revistos pelos Comitês PCJ a partir do 13º mês do início da cobrança nas bacias PCJ, sendo que, nos aspectos da cobrança

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)
CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIAS DOS COMITÊS PCJ (CT-PB)

Ata da 1ª Reunião Conjunta da CT-PL e CT-PB – 12/09/06 - 9h30m – Oficina Ambiental - Extrema/MG

CT-PL: 19ª Reunião Ordinária

relativos ao lançamento com o fim da diluição, transporte e assimilação de efluentes, deverá ser acrescida a consideração de cargas inorgânicas, observado o prazo disposto no artigo 15 do Decreto 50.667/06”. Referente ao artigo 4º, parágrafo II foi enviado ao DAEE o questionamento referente à possibilidade de se estabelecer um valor mínimo para a cobrança e emissão dos boletos igual a R\$ 20,00 (vinte reais), no entanto, ainda não recebemos um retorno do DAEE e, caso não seja aprovado pelo órgão, deverá ser retirado da deliberação. Os cinco primeiros artigos foram aprovados. Para o artigo 6º, referente ao coeficiente específico de águas subterrâneas, o Sr. Moretti esclareceu que foi submetida à avaliação da CT-AS (Câmara Técnica de Águas Subterrâneas) a elaboração de uma proposta, a qual foi apresentada e discutida no GT-Cobrança, sendo aprovado um coeficiente para água subterrânea igual a 1,15. Esclareceu que este valor foi devido às características dessas águas, indicando um valor econômico maior. O Sr. Francisco Piza questionou se podem ser atribuídos valores maiores que 1 (um) aos coeficientes. O Sr. Moretti esclareceu que não pode receber valores maiores que 1 (um) apenas o coeficiente Y3, por se tratar de um coeficiente específico para desconto, os demais coeficientes tem de ser maiores de zero ou iguais a 1 (um), nos casos previstos na deliberação do CRH. O Sr. Valdemir Bernardi, representante do DAEE e coordenador da CT-AS, esclareceu que, para o coeficiente específico de água subterrânea, para se chegar a um valor real a ser usado na cobrança, seria necessário muito estudo, o que levou ao entendimento de que, futuramente, o valor a ser cobrado para água subterrânea seja maior. O Sr. Paschoalotti questiona se não seria necessário aumentar o preço da água subterrânea uma vez que os aquíferos já estão comprometidos. O Sr. Moretti esclareceu que terão de ser feitos estudos ao longo dos anos para que o valor aumente com garantia. O Sr. Moretti continuou informando que, com relação às classes dos cursos d’água, foram atribuídos os mesmos valores aplicados na cobrança federal e que, para o coeficiente X3, após uma avaliação feita na bacia, esta foi caracterizada como muito crítica, por isso foi atribuído valor igual a 1 (um) para este coeficiente. O coeficiente X5, que leva em consideração os valores captado e medido, no cálculo da cobrança federal é feito através de uma soma, já no cálculo estadual a fórmula foi adaptada a uma multiplicação. Para o coeficiente Y3 será aplicada uma fórmula a qual foi aprovada no GT-Cobrança, partindo de proposta feita pela Cetesb, com algumas modificações. Foi apresentado o gráfico que traduz a aplicação da fórmula. Este coeficiente estabelece o critério de que o lançamento não poderá de forma alguma desenquadrar o corpo hídrico e será atribuído um desconto maior para aqueles que removerem acima de 95% de carga orgânica em seus sistemas de tratamento de esgotos. O Sr. Francisco Piza questionou se este critério foi alterado com relação ao federal. O Sr. Moretti esclareceu que este critério não consta na cobrança

CT-PB: 6ª Reunião Extraordinária

federal, apenas na estadual, no entanto a lei estadual obriga que se dê o desconto, e nada impede que na revisão da cobrança federal seja incluído este coeficiente. O Sr. Hugo disse que esta fórmula permite que se for atingido o índice de remoção de 100% o coeficiente será zero e isso não está de acordo com o critério estabelecido pelo CRH. O Sr. Moretti esclarece que para atingir 100% de remoção a carga lançada tem que ser zero e que o percentual de remoção de carga orgânica será medido na Estação de Tratamento de Efluentes Líquidos – ETEL. O artigo 8º foi aprovado com a seguinte alteração no Parágrafo Único: “Artigo 8º, Parágrafo 2º - Para os usuários de recursos hídricos que captam água, para uso em resfriamento, por meio de sistema aberto e independente do processo de produção, será adotado $PR = 100\%$ para o lançamento correspondente, desde que não haja acréscimo de carga de DBO 5,20 entre a captação e o lançamento no corpo d’água”. Referente ao artigo 9º, que trata dos percentuais de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança estadual, o Sr. Moretti esclareceu que o artigo 14 inciso IV do Decreto 50.667/06, diz que é preciso determinar os programas quadrienais de investimento, ou seja, em quais PDCs devem ser empregados os recursos arrecadados com a cobrança estadual. A proposta do GT-Cobrança, baseada no estudo feito com o Plano de Bacias e nas demandas de investimentos ao longo dos 12 (doze) anos de aplicação dos recursos do FEHIDRO e da cobrança federal em 2006, propõe que se concentre a aplicação dos recursos provenientes da arrecadação da cobrança estadual nos PDCs 1, 3 e 5 com as seguintes porcentagens de aplicação: de aproximadamente 15,3%; 67% e 18%, respectivamente. O Sr. Moretti esclareceu que esta proposta é válida para o ano de 2007, podendo ser revista em 2008. Foi aprovado o artigo 9º com a seguinte alteração no seu Parágrafo Único: “Artigo 9º, Parágrafo Único – Tendo em vista a elaboração do Plano das Bacias PCJ período 2008/2011, com aprovação do Programa de Ações de Curto Prazo prevista para o final do ano de 2007, a aplicação de recursos da cobrança nas Bacias PCJ, a partir de 2008, poderá ser revista, com apresentação de nova proposta ao CRH”. O Sr. Moretti esclareceu que os programas quadrienais são os PDCs. O Sr. Hugo ressaltou que estas regras que estão sendo submetidas à aprovação serão válidas por 1 (um) ano, e serão revistas em 2008. O Sr. Moretti esclareceu que os demais PDCs poderão ser contemplados com recursos da cobrança federal e do FEHIDRO, e que a importância da aplicação nestes PDCs específicos é para se garantir a aplicação do recurso nos PDCs nos quais se tem projetos inscritos e classificados, de acordo com a avaliação feita dentro dos 12 (doze) anos de distribuição de recursos pelos Comitês PCJ. O Sr. Moretti concluiu que a proposta do GT-Cobrança foi concentrar recursos estaduais em PDCs que ao longo dos anos foram contemplados. Assim, a minuta de deliberação apresentada que “aprova a proposta para implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, nas bacias hidrográficas dos rios

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)
CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIAS DOS COMITÊS PCJ (CT-PB)

Ata da 1ª Reunião Conjunta da CT-PL e CT-PB – 12/09/06 – 9h30m – Oficina Ambiental - Extrema/MG

CT-PL: 19ª Reunião Ordinária

395 *Piracicaba, Capivari e Jundiá e dá outras providências*
foi aprovada pelos membros da CT-PL e CT-PB. 5.
Apreciação da Proposta do GT-Cobrança sobre o
abatimento no “Valor_{DBO}” da “cobrança federal”.
400 Devido ao horário o Sr. Moretti propôs que a minuta seja
submetida à aprovação em uma próxima reunião
extraordinária conjunta da CT-PL e CT-PB para
apreciação dos demais itens da pauta desta reunião. Esta
proposta foi aprovada, sendo agendada para o dia
20/09/06, na SANASA/Campinas, com início às 9 horas e
405 30 minutos. O Sr Francisco Piza questionou quando
poderá ser atualizado o cadastro com valores da cobrança.
O Sr Moretti esclareceu para a cobrança estadual, será
disponibilizado um período, da mesma forma que foi
aplicado na cobrança federal, para que o usuário faça a sua
410 auto-declaração de usos. O Sr. Wilde disse que a ANA
está propondo a “*declaração anual de ajuste*”, a qual será
feita no mês de janeiro de cada ano. No primeiro trimestre
do ano serão recalculados os valores e emitidos os boletos
até o prazo de 31/03. Para os três primeiros meses do ano
415 (janeiro, fevereiro e março), os valores serão baseados nos
cobrados no ano anterior (outubro, novembro e
dezembro). Neste período os usuários irão declarar os
investimentos que deverão fazer. O Sr Alberto questiona
sobre as empresas que já investiram em 2006. O Sr. Wilde
420 esclarece que o investimento terá de ser feito após
aprovação dos Comitês, para desconto no ano posterior,
ou seja, serão beneficiados investimentos feitos a partir de
janeiro de 2007. Este investimento terá de ser aprovado
pelos Comitês através de uma deliberação. O Sr. Moretti
425 complementa que este assunto foi discutido no GT-
Cobrança, consta em ata e refere-se aos empreendimentos
que os serviços de água pretendem investir, os quais
deverão receber manifestação favorável do Comitê. O Sr.
Wilde disse que a relação dos empreendimentos
430 contemplados depende de uma deliberação do Comitê
indicando-os e da regulamentação dos procedimentos
elaborada pela ANA. O Sr. Alberto questionou quando
teremos esta regulamentação uma vez que a ANA, desde o
ano passado já tem conhecimento desta necessidade. O Sr
435 Wilde esclarece que isso depende da deliberação dos
Comitês sobre os empreendimentos que serão aceitos
como investimentos. O Sr. Moretti disse que este assunto
foi colocado em pauta, no entanto, face ao adiantado do
horário, sugeriu que este assunto seja tratado na próxima
440 reunião da CT-PL. O Sr. Wilde concluiu que a declaração
de ajuste será em janeiro próximo e que o prazo máximo
para o Comitê se manifestar é 31 de dezembro deste ano.
Às 13 horas e 45 minutos a reunião foi suspensa, para
almoço. Às 15 horas e 15 minutos a reunião foi reiniciada,
445 com a apresentação do Programa Produtor de Água. 6.
Apresentação do Programa Produtor de Água. O Sr.
Moretti apresentou o Sr. Devanir, representando a ANA, o
qual iniciou a apresentação do *Programa Produtor de*
Água. O Sr. Devanir iniciou sua apresentação falando da
450 necessidade de projetos para alavancar recursos na área
referente à “conservação de água no solo”, propondo a

CT-PB: 6ª Reunião Extraordinária

realização de experiência piloto nas bacias PCJ, em
parceria com a SMA e SAA, além da ANA e dos Comitês
PCJ, que deveriam custear cerca de R\$ 500 mil para o
455 projeto. O custo total está estimado em cerca de 2,7
milhões e seria dividido entre os parceiros mencionados.
A Sra. Helena, representante da SMA, também fez um
breve esclarecimento sobre o programa. Após a
apresentação, o Sr. Francisco disse que a Agência PCJ está
460 promovendo os cursos de capacitação, e uma das
recomendações feitas é a apresentação de projetos de
conservação de água no solo. Considerou que a
metodologia apresentada pela ANA é muito boa, mas
questionou como será o procedimento para que os
465 recursos cheguem ao seu destino final. Complementou
dizendo que, hoje, os Comitês PCJ têm o procedimento de
protocolo de projetos por candidatos a tomadores, sendo
uma das saídas para que este projeto seja viabilizado,
sugerindo que alguém entre como tomador dos recursos.
470 Ressalta, também, a necessidade de continuidade deste
tipo de projeto para a bacia e questiona como seria
legalmente distribuído este recurso. O Sr. Devanir
esclarece que na legislação esta prevista a criação de
incentivo para a melhoria da água. A ANA está avaliando
475 todo este processo e verificando as possibilidades e
esclarece que será necessária uma consulta jurídica para
verificar as possibilidades de aplicação do programa em
questão em uma sub-bacia nesta região. O Sr. Petrus disse
que a idéia é muito boa em princípio, no entanto, sem os
480 produtores rurais estarem interessados este projeto não
tem fundamento. Questiona onde encontrar um grupo de
produtores interessados em participar deste projeto. A Sra.
Livia, coordenadora da CT-SAM, disse que existe um
grupo de trabalho de saúde ambiental que estuda as matas
485 ciliares próximas aos rios. Nestes projetos, por não ser
feito um levantamento da fauna e hospedeiros, pode
acarretar o surgimento de doenças. Sugere que seja feita
uma parceria com o Grupo Técnico para que o trabalho
considere tais aspectos. O Sr. Penatti disse que nesses
490 processos, para se chegar ao recurso, há muita burocracia
e que os produtores rurais desistem da captação dos
recursos. Concluiu dizendo que o Sindicato Rural de
Piracicaba está disposto a ajudar, desde que se criem
métodos para facilitar e simplificar o processo. O Sr.
495 Moretti esclareceu que pelos questionamentos feitos,
temos problemas operacionais para serem sanados. O
conceito foi assimilado, o problema está na
operacionalização e nas garantias das parcerias previstas.
Se existem parceiros todos deverão cumprir um
500 cronograma. As questões precisam ser sanadas. O Sr.
Moretti sugeriu apresentar como proposta para o plenário
a inclusão nas Ações de Curto Prazo do PDC 4, a
implementação do programa produtor de água. Assim, a
idéia será prevista no Plano de Bacias e permitirá um
505 trabalho na formatação deste projeto. A Sra. Helena
concorda que sem o produtor rural este projeto não
acontecerá, e esclarece que este projeto é casado com o
programa de microbacias, da Secretaria de Agricultura e

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)
CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIAS DOS COMITÊS PCJ (CT-PB)
Ata da 1ª Reunião Conjunta da CT-PL e CT-PB – 12/09/06 - 9h30m – Oficina Ambiental - Extrema/MG

CT-PL: 19ª Reunião Ordinária

510 Abastecimento, para melhorar a propriedade do produtor
rural. Os recursos estão disponíveis e a forma de como
será aplicado também já está clara. Toda a implantação do
projeto será feita com recursos da SMA. O Sr. Sérgio
(Agência PCJ) questiona o número de produtores
envolvidos neste projeto. A Sra. Helena esclarece que
515 serão aproximadamente 200 produtores rurais. O Sr.
Moretti questiona se poderá dar este encaminhamento e
trazer para a próxima reunião uma minuta de deliberação
com a inclusão do programa produtor de água nas Ações
de Curto Prazo do PDC 4 e também, propõe ficar delegado
520 à Agência PCJ a busca de integração deste projeto com
todos os parceiros. A sugestão foi aprovada pelos
membros. **8. Outros assuntos.** O Sr. Moretti sugeriu que,
face ao adiantado do horário, a reunião fosse encerrada e
que conforme já agendada, no dia 20/09/06 às 09:30 horas,

CT-PB: 6ª Reunião Extraordinária

525 no Auditório da SANASA/Campinas, seja realizada a
Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PB e CT-PL para
cumprir os itens de pauta que não foram discutidos nesta
reunião. A sugestão foi aprovada pelos membros. **7.**
Encerramento: O Coordenador da CT-PL agradeceu a
530 presença de todos e deu a reunião por encerrada.

Luiz Roberto Moretti
Secretário-executivo dos Comitês PCJ e
Coordenador da CT-PL

Harold G. Fowler
Coordenador da CT-PB